

**Intervenção do  
Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas**

**SESSÃO DE ABERTURA DA XVI ASSEMBLEIA GERAL DO  
CONSELHO MUNDIAL DAS CASAS DOS AÇORES**

*Porto – 4 de outubro de 2013 (10H30)*

É com muito gosto que, em representação do Presidente do Governo dos Açores, Vasco Cordeiro, participo nesta Assembleia Geral do Conselho Mundial das Casas dos Açores. O facto desta ser a 16.ª reunião desde 1997 é demonstrativo, por si só, da importância de cada uma das vossas instituições e desta rede internacional, mas também da relevância que o Governo dos Açores lhes atribui.

Gostaria, portanto, nestas palavras iniciais, de cumprimentar os Presidentes e Representantes das 13 Casas dos Açores do Conselho Mundial, realçando o empenho diário dos respetivos corpos dirigentes e dos seus membros na preservação da Açorianidade e na projeção da nossa Região em Portugal continental, no Canadá, nos Estados Unidos, no Brasil e no Uruguai.

Saúdo, ainda, em especial, a organização deste evento e atual Presidência do Conselho Mundial, na pessoa do Presidente da Casa dos Açores do Norte, bem como a presença das instituições observadoras: a Casa dos Açores da Baía, recentemente integrada na rede de protocolos do Governo dos Açores, e o Clube Vasco da Gama, associação que assume a missão de agregação e defesa da Comunidade Açoriana nas Bermudas.

A todos, gostaria de salientar o reconhecimento do Governo Regional, assim como dos Açorianos que vivem nas nossas ilhas, pelo papel desempenhado pelas vossas instituições, enquanto porta-estandartes da nossa história e cultura, embaixadas dos interesses da Região e portos de abrigo para todos os Açorianos.

A reunião magna que hoje iniciamos deve ser justamente perspectivada como uma oportunidade para trabalharmos, em conjunto, ao encontro de projetos e de uma

estratégia comuns, tendo, naturalmente, em conta a autonomia das Casas dos Açores e as particularidades dos seus territórios e comunidades.

Na verdade, acreditamos que a ação de cada uma das instituições sairá reforçada pelo conhecimento das atividades das restantes, pelo debate sobre novas perspetivas da sua ação e pela criação de sinergias que são potenciadas, precisamente, pelos trabalhos da rede do Conselho Mundial.

Deste modo, a atualização de uma agenda comum para as Casas dos Açores, cuja implementação conta com o apoio do Governo dos Açores, beneficiará, não apenas as comunidades residentes na Diáspora, mas também os interesses da Região Autónoma dos Açores e do próprio país no exterior.

Aliás, ao contrário de alguns, não temos dúvida de que as Comunidades Açorianas, integradas e influentes em tantas áreas da América do Norte e do Sul, são um capital indispensável para o prestígio e a projeção externa de Portugal.

Disso damos provas com esta nossa celebração de hoje, mas igualmente, porque, todos os dias, nos empenhamos em concretizações efetivas para que assim seja.

Este é um capital que importa mobilizar especialmente em momentos decisivos e em questões cruciais nas relações bilaterais entre Portugal e os países de acolhimento, como é o caso dos Estados Unidos, nomeadamente, no que se refere ao dossier da Base das Lajes ou da Lei da Imigração.

Por isso, entendemos que o desafio maior deste encontro tem a ver, não só com a missão das Casas dos Açores na preservação da História, Cultura e Comunidades Açorianas, mas também com a projeção e defesa de outros interesses e de novas dimensões da sua ação que podem trazer uma relação mais intensa com a Região e cada uma das suas ilhas.

Vivemos tempos que exigem um diálogo cada vez mais próximo entre entes públicos e os mais diversos parceiros.

As Casas dos Açores são, neste contexto, parceiros privilegiados do Governo Regional na ligação entre as comunidades açorianas emigradas e as ilhas onde mergulham as suas raízes e os territórios e países de acolhimento.

São, de igual modo, importantes agentes dinamizadores da consolidação da identidade cultural Açoriana disseminada pelo mundo e que, ao longo dos séculos, se tem afirmado como um prolongamento da nossa essência atlântica.

No entanto, os desafios do presente aconselham a que não confinemos a nossa ação, no âmbito das Comunidades, apenas à tarefa – de grande relevância, é certo - de preservação do legado cultural Açoriano.

Há que adicionar novas componentes à nossa ação conjunta.

Desde logo porque cultura não é, efetivamente, uma realidade estática, e há que acompanhar, por isso, a dinâmica construtiva nas últimas décadas nos Açores, para atendermos também às suas atuais potencialidades, fazendo a ligação com as gerações mais novas, quer nas Comunidades Açorianas, quer no arquipélago.

Deste desafio da inclusão dos mais novos nos intercâmbios e atividades das Casas dos Açores depende, aliás, o desafio da própria continuidade e disseminação da nossa cultura no exterior.

Trata-se, na prática, de aproveitar e potenciar a ambição e interesse dessas segunda e terceira gerações de atualizarem a sua ligação com os Açores e de a revestir de conteúdos que vão mais além do que os seus pais ou avós lhes transmitiram.

Este é, sem dúvida, um potencial que deve ser despoletado pelas Casas dos Açores e trabalhado pelo Conselho Mundial, em colaboração com o Governo dos Açores.

Mas temos de ganhar outro desafio: o de cruzarmos a força das nossas relações humanas e culturais com relações económicas e comerciais que sejam potenciadoras de dinamização económica da nossa terra.

Com efeito, os Açores de hoje são muito diferentes da imagem e realidade que, há décadas, muitos levaram consigo quando partiram dos Açores em busca de melhores condições de vida.

Do mesmo modo, também naqueles territórios onde os Açorianos se fixaram há mais de dois séculos e meio – como no sul do Brasil e Uruguai – há que trabalhar no sentido de transmitir os Açores modernos.

Na verdade, os Açores do século XXI, como resultado dos impressionantes avanços e melhorias nos indicadores de desenvolvimento e de bem-estar, espelham bem a relevância da ação e das opções tomadas pelos seus órgãos de governo próprio nos últimos 37 anos, ou seja, da nossa Autonomia.

Não obstante as dificuldades do atual contexto nacional e europeu, os resultados deste percurso mais recente confirmam que trilhamos caminhos seguros, com opções específicas e mais adequadas à nossa realidade, com responsabilidade na gestão dos nossos recursos.

Mas a verdade é que jamais poderemos assentar a nossa ação numa governação conformista. Não é esta, de todo, a índole dos Açorianos.

Muito pelo contrário, a atuação do Governo dos Açores está ancorada numa permanente procura de soluções assertivas, de oportunidades inovadoras e de parcerias sólidas, através de uma concertação de esforços que ultrapassa os limites geográficos das ilhas.

É nesta dimensão que as nossas Comunidades emigradas e os seus representantes associativos, certamente comungando destes desígnios, deverão participar ativamente no processo de desenvolvimento e de modernização da nossa terra.

Na verdade, para além da posição geoestratégica e da relevância que a Região sempre assumiu, em diversos domínios, nas relações entre a Europa e o continente americano, a existência de uma vasta Comunidade Açoriana emigrada nos hemisférios norte e sul, bem como o sucesso da sua integração, constituem elementos fundamentais dos Açores e da sua Autonomia.

Esta projeção externa dos Açores, através das suas comunidades, deve ser, assim, fortemente impulsionada em novas e diferentes áreas, como por exemplo naquelas que relevem para as relações comerciais, empresariais ou turísticas da Região, bem como na área científica e da investigação.

Por isso, as nossas Comunidades, pelo vasto número de Açorianos e de Açor-descendentes na Diáspora, bem como os diversos territórios onde residem e, ainda, pela relevância que cada vez mais assumem na economia, política, ciência ou ação cívica, são claramente determinantes para uma efetiva internacionalização e projeção externa dos Açores.

Não podemos, em suma, prescindir do contributo de todos aqueles que conhecem e entendem, não apenas a nossa realidade geográfica, mas a nossa relação harmoniosa com o mar e com a terra, bem como a nossa forma tão própria de pensar e de estar no mundo.

Contamos, pois, com todos aqueles que vivem a Açorianidade e que se sentem Açorianos, independentemente de onde residam ou da sua maior ou menor distância das ilhas que lhes serviram de berço, de referência ou de vivência.

E é neste contexto que acreditamos que as Casas dos Açores, verdadeiras escolas e embaixadas da Açorianidade, poderão contribuir para a concretização deste desafio transversal para o nosso futuro.

Constitui um objetivo claro do Governo dos Açores incrementar a presença e a visibilidade açoriana no exterior das ilhas, numa ação direcionada aos emigrantes Açorianos e aos seus descendentes, mas também a todos aqueles que com eles partilham os mesmos espaços físicos de residência ou que se inserem nas respetivas áreas de influência, nos mais diversos níveis e atividades.

Para tal, estamos a implementar o reforço e a dinamização da “Marca Açores”, tanto nas nossas produções, como no turismo, junto de áreas económicas e geográficas mais amplas.

Neste contexto, as Casas dos Açores devem assumir-se, cada vez mais, como espaços abertos às sociedades onde estão estabelecidas, difundindo iniciativas que retratem a atualidade, as valências e o potencial dos Açores.

Esta missão deve assumida, por exemplo, através da promoção dos nossos produtos em nichos de mercado, da procura de oportunidades de investimento e de negócios em geral, estabelecendo os contactos, as parcerias e as ações necessárias junto de entidades ou instituições relevantes.

E não apenas nos setores tradicionais como o leite, a carne e o peixe, mas também nos setores transformados da nossa agro-indústria que precisa continuar a crescer e a ganhar mercados. Nas nossas conservas, nas nossas compotas, no vinho e na fruta, no nosso chá, no nosso ananás, mas ainda nas tecnologias e nas indústrias criativas, que já aproveitam milhares dos nossos jovens com novas qualificações e novas aptidões de internacionalização.

Noutra área de grande importância, ambicionamos, igualmente, que os Açores sejam um destino turístico preferencial para aqueles que, residindo nas áreas com Comunidades Açorianas, procuram a harmonia entre a modernidade e a natureza, entre a cultura e a aventura.

Por tudo isso, é imperativo criarmos sinergias que, por um lado, promovam os Açores como espaço privilegiado para o investimento e criação de negócios e, por outro, relevem a Região como um destino de excelência para se visitar e de onde provêm produtos de alta qualidade.

O Governo dos Açores, como até aqui, continuará a contribuir com o seu apoio e reforçará a sua parceria em projetos e iniciativas que se revelem de interesse, mas cabe também às instituições, com a sua proatividade, procurar e contribuir para essas novas oportunidades e a diversificação de redes e contactos.

Na verdade, já lá vai o tempo em que a distância entre a origem e o destino era sinónimo de desconhecimento. Graças às novas tecnologias, aos meios de comunicação e de informação e à facilidade de transporte, a separação física não é mais um motivo de afastamento entre os Açores e todas as suas décimas ilhas, espalhadas pelo mundo.

Uma maior abertura das Casas dos Açores às sociedades de acolhimento permitirá, por tudo isso, um melhor conhecimento da nossa Região, contribuindo igualmente para a afirmação das nossas comunidades na diáspora.

A terminar, reafirmo o apreço e o reconhecimento do Governo Regional às Casas dos Açores e a todas as nossas instituições, pela sua relevante ação na afirmação da Açorianidade e na projeção externa da Região, bem como a todos os Açorianos, Açordescendentes e amigos dos Açores, que, na Diáspora, divulgam a Região e promovem os nossos valores identitários.

Desejo-vos, portanto, um bom e profícuo trabalho, pedindo-lhes que sejam também, e sempre, portadores de um caloroso abraço das nossas ilhas para as vossas e nossas Comunidades

**Rodrigo Oliveira**

***Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas  
Governo da Região Autónoma dos Açores***